

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 97

Data 12 de Junho de 1975

Pg.: _____

Padre acusa Funai de explorar índios

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O padre Egydio Schawde, assessor do Conselho Missionário Indigenista, acusou ontem o governo federal e o do Rio Grande do Sul, além de políticos e latifundiários, de se unirem para esbulhar e conduzir ao aniquilamento os índios kaingang e guaranis da região gaúcha de Nonoai. No Ministério do Interior, entretanto, o ministro Maurício Rangel Reis assinava uma portaria dando prazo de um ano à Funai para que, com o Incri, faça o cadastro das áreas indígenas arrendadas a agricultores no Sul.

A portaria reafirma a proibição estabelecida pelo Estatuto do Índio quanto ao arrendamento. O Estatuto dispôs, também, que "ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas". A Funai, contudo, até hoje não resolveu o problema, não só de Nonoai como da Ilha de Bananal e de outras regiões de Mato Grosso.

O caso do Sul é, segundo o padre Egydio Schawde, um dos mais graves. Em fevereiro, 400 agricultores exploravam por arrendamento as terras dos índios, mas somente 15 pagavam o arrendamento. E pelo menos 600 outros lavradores, num total de cinco ou seis mil pessoas, cultivavam a área sem autori-

zação. "O número de intrusos na área indígena estava aumentando dia a dia, com o incentivo do vereador Nelson Basso, de Planalto, e do deputado Ivo Sprandel".

UNIDOS PARA EXPLORAR?

"Para prejudicar os guaranis e kaingang, Pilatos e Herodes se reconciliam no Rio Grande do Sul" — afirma o padre, referindo-se especialmente aos deputados Ivo Sprandel e Antonio Bresolin. "Não têm escrúpulos em propor a divisão das terras para colonos, incetivando direta ou indiretamente as invasões, à cata de votos. Seria melhor que os deputados, representantes eleitos para a defesa da família do Alto Uruguai, promovessem primeiro a invasão de suas próprias propriedades, para sentirem na carne o que sofre o índio gaúcho por sua causa".

O assessor do Cimi, organismo que reúne missionários católicos, também criticou o Departamento Geral do Patrimônio Indígena da Funai. "O DGPI, que deveria ser o defensor das áreas dos índios em Nonoai, é, em verdade, quem vem prejudicando o patrimônio dos índios enquanto orienta a "empresa" Funai. Dominado por uma filosofia desenvolvimentista, este Departamento não vê em Nonoai o índio, vê seu projeto de soja, trigo, cujas rendas não retornam ao posto indígena onde são produzidas. O DGPI não está atuando de acordo com a determinação do 1.º Simpósio Funai-Missões de 1969, nem de acordo com a recente orientação da Funai esta-

belecendo o retorno de 45 por cento dos lucros obtidos nos projetos econômicos em áreas indígenas para aquelas comunidades responsáveis pela produção".

— A única reversão foi a construção de algumas casas levantadas sem que o índio fosse consultado e por isso mesmo pouco adaptadas à vida tribal. Ao custo de Cr\$ 1.000 por unidade, as casas foram construídas em locais impróprios, onde o índio sofre hoje as perturbações da poeira da estrada ou dos vizinhos civilizados. Nessas construções foram retirados milhares de pinheiros, cujo lucro não foi revertido ao índio de Nonoai. De resto, nem os chefes de postos, nem os próprios índios sabem a quem realmente beneficiam os projetos do DGPI.

O DESANIMO

Os kaingang e guaranis, ainda segundo o padre Schawde, já não reagem. "O fatalismo, o desanimo, tomaram conta dos índios. Aceitam os acontecimentos, sejam quais forem, justos ou injustos, com a mesma passividade. Acreditam que todos os civilizados têm o direito e o privilégio de explorá-los. Vivem sob contínua ameaça, pois, a qualquer hora, poderá vir um colono ou intruso apoderar-se de sua terra e casa, como já tem sucedido a vários de seus companheiros. Enfim, em Nonoai, a integração almejada pela Funai está por se realizar: o índio vive totalmente desarmado frente ao branco".